

## Carta Aberta ao Primeiro-Ministro

Exmo. Senhor Primeiro – Ministro

Dr. António Costa

As organizações católicas para as migrações dirigem-vos esta missiva no seguimento do cerco sanitário ao município de Odemira, que pôs a descoberto a situação degradante em que vivem milhares de trabalhadores agrícolas imigrantes.

Creia V. Exa. que queremos estar do lado da solução para este problema - que deve envolver entidades públicas e privadas. A dignidade dos imigrantes tem que ser garantida por todos, nos termos das Convenções Internacionais a que o Estado português se obriga em nosso nome.

Por isso, vimos apelar à imediata tomada de medidas. Algumas das medidas só terão resultados a longo prazo, mas a sua execução deverá ser imediata.

O Plano de Recuperação e Resiliência é bem-vindo, nomeadamente pela previsão de medidas de financiamento para a habitação. Porém, urge a criação de uma dinâmica com as autarquias que não exploram as oportunidades criadas, por exemplo no programa 1.º Direito.

Apelamos ainda ao Governo a tomada de algumas iniciativas:

- 1- A criação do **visto para a procura de trabalho**. Este instituto já se encontra previsto nas Grandes Opções do Plano 2020 – 2023 e foi confirmado que se encontrava em fase de preparação, no dia 13 de abril na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, pelo Sr. Ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita. Com este visto, obviavam-se as redes de tráfico humano e os trajetos das pessoas tornam-se conhecidos e seguros.
- 2- Consagração legal de **igualdade de direitos para imigrantes com processos de regularização pendentes** – igualdade hoje provisoriamente existente, devido ao Despacho n.º 3863-B/2020 de regularização extraordinária de imigrante, mas apenas por causa da COVID e com caráter provisório, enquanto o COVID durar.
- 3- **Esclarecimento público**, através do Ministério das Infraestruturas e Habitação ou do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), se os Municípios que integram imigrantes nas suas explorações agrícolas apresentaram **Estratégias Locais de Habitação** ao IHRU para candidatura ao 1º Direito; que respostas preveem essas Estratégias Locais para estas carências específicas; e qual o ponto de situação desses processos. São exemplo de municípios com carência habitacional para estes imigrantes os municípios de Odemira, Beja, Aljustrel, Moura, Vidigueira, Serpa, Ferreira do Alentejo, Tavira ou Torres Vedras.

Inaugurando este fim-de-semana a Cimeira Social Europeia, será esta a oportunidade prática de provar o respeito pelos direitos sociais de todos os trabalhadores em prol do princípio da igualdade e dignidade humana; mas também da concorrência leal no mercado interno europeu.

Nestes termos, pedimos a V. Exa uma resposta rápida, justa e não limitada à questão sanitária provocada pela COVID.

Aproveitamos a oportunidade para lhe expressar que estamos totalmente disponíveis para reunir com V. Exa. para discutir estes assuntos e outros que permitam melhorar as condições de vida dos migrantes.

Lisboa, 7 de maio de 2021

JRS Portugal – Serviço Jesuíta aos Refugiados

Cáritas Portuguesa

FEC – Fundação Fé e Cooperação

Obra Católica para as Migrações